



Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de União dos Palmares
Av. Padre Donald S/N., Cohab Nova - CEP 57800-000, Fone: 3281-2250, Uniao Dos Palmares-AL - E-mail:
vara1uniao@tjal.jus.br

Autos nº 0700233-87.2019.8.02.0056

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Cláudio José da Silva

Réu: Companhia Excelsior de Seguros S/A

SENTENÇA

CLAUDIO JOSÉ DA SILVA, já qualificado, ajuizou a presente Ação de Cobrança de Diferença de Seguro DPVAT em desfavor de **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, também qualificada nos autos.

O autor narra que, no dia 13 de Setembro de 2018, sofreu um acidente automobilístico que lhe resultou graves lesões, no entanto, argui que somente lhe foi pago o valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais), de seguro obrigatório DPVAT, motivo pelo qual requer a complementação até o patamar da quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), montante que perfaz a indenização máxima paga pelo seguro.

A peça inicial foi recebida por Decisão à fl. 18, oportunidade em que fora deferido o pedido de gratuidade da justiça.

Devidamente citada, a parte ré contestou o pleito autoral a fls. 21/30.

Ato contínuo, a parte autora apresentou réplica a fls. 57/58.

Foi realizada perícia médica por perito judicial a fls. 82/83.

Instadas a se manifestarem acerca da perícia realizada, a parte autora informou não se opor ao laudo confeccionado, em sede de audiência à fl. 86, tendo o réu apresentado sua manifestação a fls. 87/88.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Passo a decidir.

O mérito da demanda consiste em analisar se a parte autora tem direito à complementação da indenização decorrente do seguro obrigatório.

Pois bem. Após a edição da Medida Provisória n.º 340/2006 (em vigor desde dezembro de 2006), que posteriormente foi convertida na Lei n.º 11.482, de 31 de maio de 2007, a Lei 6.194/74, que "dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados



Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de União dos Palmares
 Av. Padre Donald S/N., Cohab Nova - CEP 57800-000, Fone: 3281-2250, União Dos Palmares-AL - E-mail:
 vara1uniao@tjal.jus.br

por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não", passou a estipular valores específicos de seguro obrigatório para os casos de morte, invalidez permanente e despesas com assistência médica e suplementar, tendo sido derogado o antigo critério que se pautava na fixação de salários-mínimos.

Dessa sorte, atualmente não mais há que se falar em vinculação da indenização do seguro obrigatório ao valor do salário mínimo, dado que somente retoma sua importância para os sinistros ocorridos antes da entrada em vigor da supracitada Medida Provisória n.º 340/2006, eis que, nesses casos, em atenção ao postulado *tempus regit actum*, realmente o salário-mínimo nacionalmente unificado deve ser levado em conta, em que pese existirem vozes que questionam a constitucionalidade da adoção de tal critério.

Esse é o entendimento empossado pelos nossos Tribunais; senão, vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO. DIREITO INTERTEMPORAL. LEI 11.482/2007. MEDIDA PROVISÓRIA N. 340/2006. NÃO-APLICAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE PROVAS. **COMO É CEDIÇO DA APLICAÇÃO DAS REGRAS DE DIREITO INTERTEMPORAL, A LEI 11.482/2007, QUE ESTIPULOU VALORES ESPECÍFICOS DE SEGURO OBRIGATÓRIO PARA OS CASOS DE MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE E DESPESAS COM ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTAR, SOMENTE SE APLICA AOS SINISTROS OCORRIDOS APÓS O INÍCIO DE SUA VIGÊNCIA, CONSOANTE SEU ARTIGO 24, INCISO III.** NO CASO DOS AUTOS, COMO O ACIDENTE DE QUE FOI VÍTIMA O AUTOR OCORREU EM 19 DE MARÇO DE 2004 (FL. 03), DATA ESTA ANTERIOR AO DIA EM QUE A CITADA LEI E A PRÓPRIA MEDIDA PROVISÓRIA, QUE A ORIGINOU, ENTRARAM EM VIGOR, A LEI N. 11.482/2007 NÃO SE APLICA À HIPÓTESE EM ESTUDO. AO CONTRÁRIO DA HIPÓTESE DE INDENIZAÇÃO POR MORTE - EM RELAÇÃO À QUAL, NO ART. 3º, "CAPUT", ALÍNEA A, A LEI Nº 6.194/74 TAXATIVAMENTE FIXOU O VALOR DE QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS -, NO QUE ATINE AOS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE, O MESMO DIPLOMA LEGAL ESTABELECE QUE A INDENIZAÇÃO SERÁ DE ATÉ 40 (QUARENTA) VEZES O VALOR DO MAIOR SALÁRIO-MÍNIMO, CONFORME DISPOSTO NA ALÍNEA B DO ART. 3º DA LEI 6.194/74. EXPRIME, DESTARTE, LIMITE MÁXIMO PARA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE E, DESSA FORMA, ABRE ENSEJO À INDENIZAÇÃO EM VALOR INFERIOR. NA ESPÉCIE EXAMINADA, INEXISTE PROVA DA ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE A ENSEJAR O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DPVAT. APELO NÃO PROVIDO (20080110094647 DF , Relator: FLAVIO ROSTIROLA, Data de Julgamento: 14/01/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 26/01/2009 Pág. : 86) (Grifei)



Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de União dos Palmares
 Av. Padre Donald S/N., Cohab Nova - CEP 57800-000, Fone: 3281-2250, União Dos Palmares-AL - E-mail:
 vara1uniao@tjal.jus.br

SEGURO OBRIGATÓRIO. Danos pessoais causados por veículos automotores em vias terrestres (DPVAT). **Sinistro ocorrido após a vigência da Medida Provisória nº 340/06, convertida posteriormente na Lei nº 11.482/07. Pagamento efetuado em conformidade com a legislação atual. Improcedência da ação de cobrança.** Apelação desprovida. (1104809020108260100 SP 0110480-90.2010.8.26.0100, Relator: Sebastião Flávio, Data de Julgamento: 01/06/2011, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/06/2011) (grifei)

No caso dos autos, o acidente automobilístico ocorreu no dia 13 de Setembro de 2018. Assim, é evidente que deve ser aplicado o parâmetro de indenização ditado no art. 3º da Lei 6.194/74, já com a redação dada pela Lei 11.482/2007, sem prejuízo da posterior alteração do seu caput pela Lei 11.945/2009, consoante abaixo segue:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

[...]

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)" (grifei)

Há nos autos laudo pericial elaborado por perito judicial (fls. 82/83) que atesta que a lesão verificada foi causada por acidente automobilístico.

O laudo pericial é claro ao consignar que o autor possui perda funcional de um dos dedos da mão (5º quirodáctilo da mão esquerda) de natureza permanente, parcial e incompleta, com um percentual de 10% (dez por cento) de comprometimento.

Ademais, administrativamente, a própria seguradora ré reconheceu direito ao autor, todavia, em valores inferiores aos aqui perseguidos, o que apenas corrobora para o entendimento de que as lesões do autor são, de fato, decorrentes de acidente automobilístico.

Afirma a parte autora que recebeu administrativamente em razão do seguro DPVAT a quantia de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais).



Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de União dos Palmares
 Av. Padre Donald S/N., Cohab Nova - CEP 57800-000, Fone: 3281-2250, Uniao Dos Palmares-AL - E-mail:
 vara1uniao@tjal.jus.br

Dispõe o art. 3º, da Lei 6.194/74, acerca das hipóteses em que é cabível aos acidentados no trânsito receberem a indenização proveniente do seguro obrigatório DPVAT:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada.

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

[...]

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de **10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.** (grifei)

Seguindo as regras postas neste dispositivo legal e no Anexo à Lei 6.194/74, constato que a perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão deve ser indenizada com o percentual de 10% (dez por cento) do valor estabelecido no art. 3º, II do Diploma Legal retromencionado.

Desta feita, cabe à parte autora a seguinte quantia a título de seguro DPVAT:

- Valor máximo da indenização: R\$ 13.500,00;
- Valor máximo relativo a perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão: 10% de R\$ 13.500,00 = R\$ 1.350,00;
- Valor referente ao grau da lesão, que fora consignada como “residual” pelo perito judicial: 10% de R\$ 1.350,00 = R\$ 135,00.
- Valor total devido: R\$ 135,00.



Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de União dos Palmares
Av. Padre Donald S/N., Cohab Nova - CEP 57800-000, Fone: 3281-2250, Uniao Dos Palmares-AL - E-mail:
vara1uniao@tjal.jus.br

Nesse passo, constato que o valor recebido pela parte autora na via administrativa foi superior ao devido em razão da debilidade constatada, forçoso reconhecer que inexistem quaisquer créditos remanescentes em relação ao pagamento já ocorrido.

Isto posto, pelos fatos e fundamentos acima delineados, com fulcro no art. 487, I, do CPC, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, reconhecendo a inexistência de quaisquer créditos da parte autora no que diz respeito ao DPVAT, haja vista que o débito já foi totalmente adimplido na seara administrativa.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa (CPC, art. 85, § 2º), cuja exigibilidade deverá ficar suspensa pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, a contar do trânsito em julgado da presente, por ser beneficiária da justiça gratuita, nos termos do §3º, do art. 98, do CPC. Anote-se, porém, que, durante esse período, a parte poderá vir a ser cobrada pelo pagamento do débito em testilha, se comprovada sua superveniente aquisição de capacidade econômica para tanto.

Tendo em vista que o réu já efetuou o pagamento dos honorários periciais à fl. 81, officie-se o Sr(a). Gerente do Banco do Brasil para que transfira o montante para conta bancária informada pelo *expert*.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, cumpridas as providências legais, arquivem-se os autos, com a respectiva baixa na distribuição.

União dos Palmares, 17 de setembro de 2019.

Soraya Maranhão Silva
Juíza de Direito

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0403/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 03/10/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 07/10/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
12/10/2019 - Nossa Sr.a Aparecida - Padroeira do Brasil - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Carlos Roberto Ferraz Plech Filho (OAB 8628/AL)	15	25/10/2019
Nadja Alves Wanderley de Melo (OAB 5624/AL)	15	25/10/2019

Teor do ato: "Isto posto, pelos fatos e fundamentos acima delineados, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, reconhecendo a inexistência de quaisquer créditos da parte autora no que diz respeito ao DPVAT, haja vista que o débito já foi totalmente adimplido na seara administrativa. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa (CPC, art. 85, § 2º), cuja exigibilidade deverá ficar suspensa pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, a contar do trânsito em julgado da presente, por ser beneficiária da justiça gratuita, nos termos do §3º, do art. 98, do CPC. Anote-se, porém, que, durante esse período, a parte poderá vir a ser cobrada pelo pagamento do débito em testilha, se comprovada sua superveniente aquisição de capacidade econômica para tanto. Tendo em vista que o réu já efetuou o pagamento dos honorários periciais à fl. 81, oficie-se o Sr(a). Gerente do Banco do Brasil para que transfira o montante para conta bancária informada pelo expert. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, cumpridas as providências legais, arquivem-se os autos, com a respectiva baixa na distribuição. União dos Palmares, 17 de setembro de 2019. Soraya Maranhão Silva Juíza de Direito"

Uniao Dos Palmares, 3 de outubro de 2019.